

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.668 - RJ (2019/0050748-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : JOSE CARLOS NOGUEIRA BEZERRA
RECORRENTE : RITCHIELLY SILVESTRE E SILVA
RECORRENTE : ELISANGELA FERREIRA FARIAS
RECORRENTE : VALDENIR EZEQUIEL
RECORRENTE : ROSANGELA DE SOUZA RUFINO
ADVOGADOS : ELIANE MACEDO MARTINS - RJ099504
FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO DA FONSECA - RJ211809
RECORRIDO : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ROBERTO SARDINHA JUNIOR E OUTRO(S) - RJ066540
RECORRIDO : COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA COMLURB
ADVOGADO : FREDERICO TRINDADE GARCIA DA SILVA - RJ097993
RECORRIDO : CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S/A
ADVOGADO : ANDRE DE ALMEIDA RODRIGUES - RJ151551

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por JOSE CARLOS NOGUEIRA BEZERRA e OUTROS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de JOSE CARLOS NOGUEIRA BEZERRA e OUTROS, as partes Recorrentes não procederam à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à Dra. Eliane Macedo Martins, subscritora do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. As partes, embora regularmente intimadas para sanarem referido vício, quedaram-se inertes (fl. 215). Dessa forma, o recurso não foi devida e

oportunamente regularizado.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 31/08/2017, sendo o recurso especial interposto somente em 25/09/2017.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor das partes recorrentes, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente